

Entre Nilo e Tigre – área operacional alargada

*Jonuel Gonçalves**

Resumo: Este artigo foca a contigüidade territorial entre os dois rios referidos no título, como criadora de fortes influências recíprocas desde os tempos bíblicos até aos nossos dias. A abordagem da atualidade faz-se seguindo uma geografia dos conflitos e segundo os desempenhos socioeconômicos dos países que compõem a área, destacando zonas estratégicas como fronteiras, estreitos e canais de passagem, grandes recursos.

Palavras-chave: conflitos, segurança, desenvolvimento.

1. SOBRE TIGRES E CAPIM

Este texto faz parte de uma linha de pesquisa que, de forma intermitente, temos conduzido sobre a relação entre conflito e desenvolvimento democrático e que, por razões óbvias, tem incidências na nossa outra linha de pesquisa, sobre a temática do agro-alimentar, hoje decisiva para a sobrevivência de grandes grupos populacionais e parte de negociações internacionais complexas.

No caso presente, a primeira intenção ocorreu faz alguns anos, durante duas viagens a Addis-Abeba como participante em conferências da Comissão Econômica da ONU para África. As reuniões, reflexões e artigos sobre os conflitos afro-austrais e latino-americanos adiaram essa intenção, agora materializada, tendo o essencial do trabalho sido redigido no Rio de Janeiro e atualizado na seqüência de uma viagem ao Cairo.

* Universidade do Estado da Bahia – campus I – Salvador.

No entanto, foi ao longo de vários encontros internacionais sobre conflitos, transições, direitos humanos e desenvolvimento, que construímos a base teórica deste texto (e de outros) a que juntamos alguns meses de pesquisa informativa recente sobre países da área aqui definida.

Mas tanto na lista bibliográfica como nas citações, usaremos um procedimento tão leve quanto possível, para facilitar a leitura.

A frase “área de operações alargada” pretende significar um conjunto diverso de problemas, muito ligados a questões de segurança num espaço geográfico pouco convencional até aqui.

Como grandes indicadores trataremos de adicionar aos direitos humanos, no sentido de direitos cívicos, o desenvolvimento humano e a segurança humana, uma tripla repetição de adjetivo necessária para diferenciar das noções de direitos, de segurança e de desenvolvimento apresentadas por interesses limitados, sejam governamentais ou privados.

Algumas vezes usaremos as expressões, polémicas para os pacifistas radicais, de guerra justa e/ou necessária. Não entraremos aqui nesse debate, apenas as referiremos para designar situações extremas de opressão e agressão generalizada, cuja contenção exige autodefesa porque a ferocidade irredutível desses opressores e agressores, transforma as propostas exclusivamente pacíficas em “tentativas de convencer o tigre a comer capim”, como diz um provérbio.

Por outro lado, a conjuntura mundial transformou-se em alguns aspectos importantes. Embora os conflitos africanos e médio-orientais tenham registrado sempre atores não-governamentais de relevo, muitos deles com reconhecimentos internacionais poderosos, a grande capacidade de ataque por parte de redes terroristas à escala planetária é fenómeno do início do século XXI, ao mesmo tempo que as pressões para uma nova ordem internacional ganham coordenação, convergência e apoios nos países industrializados, nos emergentes ou nos PMA (países menos avançados, segundo a linguagem onusiana) esboçando o que em breve será a sociedade civil mundial.

Estes elementos são essenciais na medida em que relativizam o quase monopólio dos Estados como grandes protagonistas, mas também criam contextos transcontinentais, demonstram comportamentos assimétricos sobre direitos humanos, desempenhos que nessa matéria nem sempre correspondem

aos Índices de Desenvolvimento Humano e também distintas conseqüências socioeconômicas das despesas militares.

A área abrangida por este artigo ilustra várias dessas situações. A força das heranças histórico-culturais da maior parte do vale do Nilo e as ligações constantes através do mar Vermelho criaram um quadro político com tantas afinidades e inter-relações que um documento oficial da diplomacia etíope define assim: “O Oriente Médio tem influenciado nossa história positiva e negativamente em virtude de nossa proximidade com a região. De fato, o impacto do Oriente Médio sobre a Etiópia é mais pronunciado que o dos países africanos” (ETHIOPIA: 2005).

O fator proximidade é, sem dúvida, determinante em qualquer caso.

O Sudão tem tido sua história, antiga ou recente, marcada pela proximidade do Egito, ele próprio com território nos dois continentes. As forças políticas da Somália têm nos países da península arábica suas maiores fontes de apoio e financiamento, enquanto Djibuti tem uma função internacional de vigilância do estreito de Bab-el-Mandeb, articulado com o lado iemenita do mesmo.

2. PROXIMIDADES

Os rios exercem na história humana um impacto tão decisivo e evidente que se torna até desnecessário descrevê-lo nos aspectos vitais. A vida e as civilizações se desenvolveram a partir de água doce de superfície, apesar de esta constituir pouco mais de um por cento da água doce do planeta.

Ao longo da História, os rios têm servido como pontos de referência, seja para consagração de afinidades, fixação de fronteiras ou delimitação de espaços de atuações diversas.

É neste terceiro sentido que eles serão referidos neste texto, sendo importante sublinhar que não se trata de limites rígidos. Nenhum teatro de operações, político, econômico, cultural ou militar, está isento de repercussões, influências e extensões a qualquer momento, pelo que a questão da vizinhança, em várias partes do mundo, sempre foi motivo para formulações sobre os perigos ou influências de acontecimentos nas suas respectivas proximidades.

Assim, o conflito israelo-palestino – que há décadas constitui um ponto alto da agenda internacional – condiciona fortemente todas as relações inter-

nacionais na área, inclusive em países como a Etiópia. Mais recentemente, a extensão internacional de movimentos ou redes de base terrorista, passou a constituir a preocupação principal dos membros do G-8 ou de outros países que tenham sido ou possam vir a ser alvo de atentados e, do Sudão ao Iraque passando pelo corno de África e península arábica, surgiu um espaço central de articulações desses movimentos ou contra eles. Há também a porosidade fronteira e, junto ao Nilo, temos o Sudão cuja instabilidade gerou problemas de violência transfronteira com a Uganda, o Chade e, em menor escala com a Eritreia, enquanto a norte do Tigre, o governo turco teme seriamente os efeitos de eventual independência do Curdistão iraquiano sobre os Curdos da Turquia, ao mesmo tempo que a leste e sul deste rio há vasos comunicantes amargos entre Iraque e Irã.

O fator comunitário é uma constante dos conflitos neste espaço. Anotando exemplos construídos a partir de inícios do século XX, em casos com Israel, Palestina e Eritreia, as comunidades constituíram-se em nacionalidades. No sul do Sudão e no Curdistão iraquiano, após décadas de luta armada, comunidades obtiveram autonomias de tipo quase confederal e a hipótese de independência continua viva. No Iraque, as insurreições contra a presença norte-americana têm na comunidade sunita sua maior base de recrutamento. Na Somália, o norte do país separou-se do resto do território e formou um estado independente que busca reconhecimento internacional. Na Etiópia e Yemen brotam rebeliões armadas de baixa intensidade em comunidades geralmente classificadas de “tribais”.

Embora as comunidades – conjuntos humanos ligados por laços afetivos cujos pontos de partida são quase sempre grupos étnico-linguísticos ou religiosos – sejam também entidades imaginadas, como Benedict Anderson refere sobre as nações, o fato é que elas possuem um vasto capital motivador e mobilizador, incluindo o potencial de se transformarem em nacionalidades.

Por sua vez, a designação “tribal” surge como expressão da antropologia ocidental para designar povos em estado recuado de evolução técnico-científica e onde a tradição é o maior regulador social. Essa expressão é muito usada politicamente, mesmo dentro dos países onde se situam as “tribos” em causa, (ainda que elas sejam compostas por centenas de milhar ou mais de um milhão de pessoas), o que não invalida o seu caráter comunitário.

Porém, como o desenvolvimento da humanidade não se faz de forma idêntica por toda a Terra, as comunidades como os países assinalam diferentes graus de desenvolvimento e de subdesenvolvimento.

Uma entidade basicamente preocupada com questões de segurança faz ponte entre as duas margens do mar Vermelho. Trata-se do “Grupo de Sanaa”, criado em outubro de 2002 na capital iemenita inicialmente pelo Yemen, Sudão e Etiópia a que se juntou em 2004 o Governo federal transitório da Somália. A Eritreia duas vezes convidada rejeitou, dizendo que o grupo lhe é hostil, testemunho das tensões a sul do canal de Suez. Em vésperas da quarta Cúpula do Grupo, em 29 de dezembro de 2005, o Presidente do Yemen, Ali Abdallah Saleh, disse esperar outras adesões, fazendo pensar em vizinhos como Egito, Arábia Saudita e Djibuti e, as resoluções dessa mesma reunião deixaram expressas as preocupações centrais dos seus membros.

Ao lado da intenção em criar uma zona de livre comércio, eles se declararam satisfeitos com sua cooperação securitária, repetiram o compromisso de combater o terrorismo e o Yemen prometeu uma mediação entre a Etiópia e a ausente Eritreia, sobre a disputa fronteiriça entre ambos com um potencial de violência que pode ultrapassar os da guerra de 1998/2000.

Com efeito, o material militar e a preparação das tropas dos dois países é, no primeiro trimestre de 2006, bastante superior ao daqueles dois anos, como se o acordo de cessar-fogo e as negociações de delimitação de fronteira tivessem servido apenas para ganhar tempo.

Assim, na seqüência do impasse criado a partir de final do ano de 2005 com a expulsão de mais de uma centena de observadores militares da ONU na Eritreia, os Estados Unidos iniciaram eles próprios uma tentativa de mediação em janeiro de 2006.

O Yemen tem interesse direto no assunto, porque além dos riscos para segurança do mar Vermelho, tem também uma disputa territorial com a Eritreia, ambos reivindicando a soberania sobre as ilhas Hanish, situadas um pouco a norte do estreito de Bab-el-Mandeb. Até aqui, este assunto está em mãos do Tribunal Internacional de Justiça, de Haia, mas uma derrapagem para a violência tornaria inseguras ou impossíveis as ligações marítimas da Europa e Estados Unidos com a Ásia, via Suez, incluindo problemas operativos em terminais petrolíferos e complicava as tarefas das marinhas francesa e norte-americana em vigilância na área.

A existência de contenciosos fronteiriços ou projetos de novas fronteiras é outra característica de toda esta área. O Sudão e o Iraque podem desmembrar-se, a Somália desintegrar-se mais ainda, pressões para correções de fronteiras existem em pontos da Etiópia, Eritreia e zonas da península arábica e o conflito israelo-palestino é cada vez mais uma negociação sobre fronteiras seguras e viáveis para ambas as partes.

O risco é que todos os conflitos nas margens do mar Vermelho, quer sejam intra-Estados ou inter-Estados, possuem capacidade para agravar os confrontos maiores, na medida em que alargariam o teatro de operações, como querem as correntes jihadistas e como absolutamente não querem nem os Estados Unidos nem os governos da região.

A velha questão das vizinhanças ou proximidades, já implícita no pensamento de Maquiavel, aparece aqui com uma intensidade maior que em qualquer outra parte do mundo atual e desencadeia uma sobreposição de espionagens de todas as origens – desde superpotências a PMA – com todos procurando ansiosamente saber ou prever acontecimentos e comportamentos nas proximidades.

Há várias definições de “proximidades”. A linha que vai do Nordeste Africano ao Afeganistão e Paquistão, é tida em conta com maior ou menor intensidade segundo as ocorrências. O fato de militantes conectados com Al Qaeda (incluindo o próprio Bin Laden) terem circulado entre Kartum e Kabul e que, depois disso, os Estados Unidos tenham mudado as linhas governativas em ambas capitais, por negociação ou pela força, reforçou a visão integrada desse espaço. Mas há quem estenda o limite ocidental até aos Balcãs, a norte do Mediterrâneo, e até ao estreito de Gibraltar, a sul.

Como consequência, a questão das intervenções, sua legitimidade, seus integrantes, justificações e efeitos, emerge aqui com igual intensidade. Muito antes de 11 de setembro 2001, toda esta área foi palco de poderosas intervenções militares estrangeiras e, provavelmente, outras ocorrerão com o argumento – fundamentado ou não – de combater Estados que hospedam terroristas ou possuam eventualmente armas de destruição massiva, apontando fortemente para a Somália num caso, para o Irã no outro, ou ainda para qualquer outro onde o potencial de violência abra cenários com efeitos semelhantes.

A questão dos bem ou mal fundamentados argumentos intervencionistas, ganhou nova ênfase com a condenação do Uganda em 19 de dezembro de

2005 pelo Tribunal Internacional de Justiça, sediado na Haia, e abriu precedente jurídico na matéria. Com efeito, o TIJ considerou que a intervenção ugandesa na R.D. Congo nos anos 90 violou a soberania deste país e que as tropas interventoras aterrorizaram a população praticando saques e destruições, pelo que deve pagar indenizações que podem atingir dez mil milhões de dólares US.

De ambos os lados do Mar Vermelho, ao longo das últimas quatro décadas, ocorreram intervenções diversas com bases ideológicas opostas, (egípcios no Yêmen, cubanos na Etiópia, americanos e etíopes na Somália, israelenses e sírios no Líbano, etc.) e a sentença de Haia contra Uganda – país da nascente do Nilo Azul – facilita outras sentenças e talvez outras queixas.

Assim, dois dias após este anúncio do TIJ, a Comissão de Reclamações sobre o Acordo de Fronteira entre a Etiópia e a Eritreia, que funciona ao abrigo do Tribunal Internacional de Arbitragem, também com sede na Haia, concluiu que o início da guerra entre ambos os países em maio de 1998 é responsabilidade da Eritreia que, segundo a sentença, não se encontrava em situação de legítima defesa.

Mais dois dias depois, um tribunal da Holanda, ainda na Haia, condenou um negociante holandês a forte pena de prisão por ter vendido na década de 80 produtos químicos a Saddam Hussein, usados na repressão ao movimento curdo, classificando essa repressão como passível de julgamento conforme a Convenção sobre genocídio.

Embora preceitos jurídicos não tenham força para impedir intervenções poderosas julgadas vitais, eles podem aconselhar a mais alargamento dos suportes políticos o que, em definitivo, significaria mais multilateralidade em tais casos.

3. A HISTÓRIA ENTRE RIOS

Os rios Tigre e Nilo têm o valor estratégico aumentado pelo seu potencial hídrico, viabilizador de iniciativas capazes de superar a dependência alimentar de toda esta área e que, nuns países provoca elevada massa de importações, enquanto em outros dá lugar a sucessivas fomes. Acrescentando o Eufrates a estas duas bacias, surge um quadro fluvial propício a projetos de

encanamentos, de transposições ou de irrigação, para os quais a própria região tem capacidade de financiamento. Um dado cuja concretização mudaria o perfil de toda a área, em parte desértica ou semi-árida, mas que requer aprofundamento nas demonstrações da utilidade de projetos comuns, para superar as desconfianças, elemento presente em todas as relações internacionais na área.

O grande acusado é o Egito de quem o Sudão, país de confluência dos Nilos Branco e Azul, reclama mais pagamentos pelo uso das águas, contencioso que se soma a alguns detalhes de demarcação fronteiriça. A Etiópia, onde nasce o Nilo Branco, acusa o Egito de exagerado consumo das águas do Nilo e de pressionar contra a concretização de projetos de irrigação etíope a partir deste rio sem autorização prévia do Cairo. “Desde que o Egito conquistou liderança no mundo árabe, o assunto das águas do Nilo começou a influenciar as relações da Etiópia com esta região e assim continua” (ibidem). O mesmo documento repercute desconfianças de que o treinamento do exército egípcio em situações ecológicas distintas do deserto se destinaria a possíveis intervenções nos países da faixa sul do Nilo. É um fato que tudo o que toca as águas do rio é considerado de alta prioridade para a sobrevivência egípcia e, finalmente em 2005, teve lugar uma reunião dos Estados ribeirinhos mais conclusiva e equilibrada que conclaves anteriores, na qual a diplomacia egípcia apresentou um perfil cooperativo. Addis-Abeba considera as conclusões como modificação considerável mas acrescenta que uma avaliação definitiva só pode ser feita quando as mesmas forem efetivamente aplicadas.

Sobre o Tigre, o maior problema tem sido a faixa em que o rio se mistura com o Eufrates a 170 km da foz, dando lugar à estratégica via de acesso do Shatt el Arab, na origem de conflitos militares e de um persistente clima de desconfiança entre Iraque e Irã. No entanto, projetos de um vasto esquema de barragens e centrais hidrelétricas atribuído à Turquia – detentor das nascentes de ambos os rios – dá lugar a descontentamento pelos governos da Síria e Iraque, que receiam volumosos desvios de água em seu detrimento.

Os dois rios que delimitam esta área de estudo possuem dimensões diferentes. O Tigre tem uma extensão de 1.800 km enquanto o Nilo, com 6.695 km, é um dos maiores cursos de água da Terra. Ainda assim cada um atravessa vários países e ambos foram facilitadores de processos civilizatórios capitais para toda a humanidade, na medida em que estiveram na base de duas revoluções determinantes do ponto de vista econômico e político.

O Tigre em conjugação com o Eufrates, foi um dos pontos de desencadeamento da agricultura, revolução que colocou o homem no centro do processo produtivo e mais capaz de assegurar sua sobrevivência. A posterior difusão de efeitos suscitou a emergência de um espaço cuja designação de “Crescente Fértil” traduzia seu valor econômico e determinou constantes empreendimentos políticos, tanto mais que após ter sucessivamente desempenhando funções agro-pastoris e comerciais de média e longa distancia, situa-se hoje dentro da área de maior produção petrolífera conhecida.

O Nilo assumiu um perfil semelhante e também obteve uma designação simbólica significativa – “o Egito é uma dádiva do Nilo” – dando lugar a uma civilização que irradiou por todos os azimutes: ao longo de suas margens em direção ao sul, pelo Mediterrâneo oriental e central e no sentido da Mesopotâmia.

Ao atingir-se a fase de maior desenvolvimento nas margens europeias do Mediterrâneo, a área situada entre estes dois pontos de referência (Tigre e Nilo) foi alvo do interesse estratégico tanto de Atenas como de Roma e, o surgimento dentro dela dos centros fundadores de três grandes religiões, tornou-a palco de operações de controle, conquista, reconquista e afirmação de identidades.

No final do século XIX, a conjugação de mais dois fatores sublinhou o valor estratégico mundial da área:

- As lutas contra o Império Otomano levadas a cabo por potências europeias e povos árabes, com motivações distintas mas cujos interesses convergiram;
- O avanço tecnológico na construção de canais que permitiu encurtar a distância entre Ocidente e Oriente, através de Suez.

Os dois grandes conflitos mundiais uma vez mais incidiram fortemente na área e, no final de ambos, assistiu-se a novas configurações de fronteiras, tipos de poder, relacionamento entre vizinhos e com o centro mundial do sistema.

A existência do Mar Vermelho, no meio da área aqui estudada, nunca foi impeditivo das interações, pelo contrário. De novo a importante simbologia bíblica, com a história de Moisés conduzindo seu povo através da águas, testemunha a percepção de que esse dado geográfico não era visto como insuperável.

No século IV depois de Cristo, o cristianismo chegou à Etiópia através do Nilo e do Mar Vermelho, onde a navegação entre as duas margens se desenvolveu com base na pesca, na troca de produtos – foi assim que o café descoberto para consumo humano na Etiópia atravessou para Moka no Yemem de onde ganhou o mundo – e nos piratas.

Mais tarde, empreendimentos marítimos árabes foram implementados de forma contínua com uma minúcia que os levou a descobrir até pontos de reduzida dimensão, não habitados e muito afastados das costas, como foi o caso da atual ilha Maurício.

De fato, a navegação árabe do século XV era a grande especialista do Oceano Índico e Vasco da Gama recorreu a piloto (ou pilotos) árabes para atravessá-lo na viagem inaugural para a Índia, que mudou os termos de troca Ocidente-Oriente e abriu uma fase de intensa disputa militar pelo controle tanto do Índico como do mar Vermelho, incidindo em pontos de acesso como o Chatt el Arab (confluência do Tigre e Eufrates), Bab el Mandeb (entre o Mar Vermelho e o Golfo de Aden) e o estreito de Ormuz.

Estes três pontos mantiveram seu valor estratégico inalterado até ao presente.

Portanto, a área que estabelecemos para este texto compreende três sub-regiões: Mediterrâneo Oriental, Península Arábica (incluindo o Iraque) e Nordeste Africano. As três são contíguas, cada uma delas abriga pontos estratégicos fundamentais para a segurança do conjunto, têm laços históricos de vários tipos e intensidade, forças políticas afins atuam na maior parte dos países abrangidos e todos vivem sob violência ou risco imediato de violência.

Já no final da década de 70 do século passado, quando se travavam os últimos confrontos da guerra fria, a Somália e a Etiópia (que então incluía a Eritreia) apareceram como parte de uma zona de influência soviética que compreendia também o Yemem do Sul, cuja capital era a estratégica cidade de Aden, da qual os ingleses tinham feito desde finais do século XIX o seu contraponto à base francesa de Djibuti (então designada por Somália francesa), o que conjugado a Berbera na então Somaliland britânica colocava Londres numa posição preponderante a sul de Bab el Mandeb, situação que Moscou tentou herdar. Conselheiros ou mesmo contingentes soviéticos e cubanos instalaram-se nos três países cujos governos se proclamaram marxista-leninistas, assinalando a vontade da URSS em estabelecer ali uma presença e uma in-

fluência, que já tinha tentado no Egito em finais do período nasserrista mas rudemente encerrada por Anouar el Sadat.

A segunda tentativa também não foi durável. A guerra do Ogaden entre a Etiópia e a Somália, ambos seus aliados na época, levou a URSS a optar pela primeira e as tropas cubanas foram importantes na vitória do aliado escolhido. O preço foi a perda das facilidades portuárias em Berbera, na costa norte somali, enquanto do outro lado do Golfo de Aden, os dois Yêmenes unificaram-se sob clara orientação pró-ocidental, facilitada até pelo descalabro econômico provocado no sul pelo modelo estatista seguido. Modelo do mesmo tipo foi implementado em Addis-Abeba deixando uma rastro idêntico, o que ajudou na mobilização contra o regime, mesmo por parte dos independentistas marxistas eritreus e setores de esquerda da guerrilha etíope, que acabaram tomando o poder pouco depois da queda do muro de Berlim e que hoje, tanto na Eritréia como na Etiópia, alteraram radicalmente suas opções.

Este fato tem de ser enfatizado pois pesa até hoje no contexto de alguns países africanos e asiáticos que passaram por experiência idêntica, durante a qual pioraram os indicadores socioeconômicos e se acentuou a imagem de novo imperialismo dos soviéticos e seus aliados, elementos que explicam em larga medida a evolução posterior, com derrubada de regimes ou adaptação por parte dos mais inteligentes e crescimento da influência norte-americana.

O desenrolar dessa fase, prelúdio ao dismantelar da URSS, foi de contra-ofensiva ideológica do Ocidente, desde a forte ironia do ex-embaixador dos USA na ONU, Daniel Mohynam, ao dizer que “se essa gente toma o poder no Sahara vai faltar areia” até ao constante sublinhar pela equipe de Jimmy Carter de que “agora não somos nós quem intervêm contra movimentos de libertação”.

A década de 90 viu emergir o conceito de globalização com a conseqüente corrida de vários países para beneficiar de suas promessas. Uns procurando aproximar-se do centro do sistema, outros (mais raros) visando redistribuição regional de poder, em choque com a ordem mundial pós-guerra fria, onde várias linhas de fratura se manifestam. As que aparecem como mais perigosas podem ser assinaladas assim:

- O confronto de interesses econômicos resultante da divisão entre países desenvolvidos, emergentes ou “menos avançados” e que se manifesta nas as-

sembléias da OMC, das instituições de Bretton Woods ou em negociações para criação de espaços preferenciais ou de livre comércio;

– Os limites entre civil e militar nos programas nucleares, os fundamentos dos acordos mundiais sobre não proliferação e a dimensão dos arsenais de armas de destruição massiva fora dos membros permanentes do Conselho de Segurança;

– O alcance dos poderes regionais sobre pontos estratégicos ou recursos decisivos e as incidências de conflitos regionais próximos desses pontos ou recursos;

– A passividade perante movimentos terroristas globais ou, pior, seu aproveitamento como força de pressão por regimes dispostos a combater a hegemonia norte-americana.

A primeira destas linhas não é de natureza a provocar conflitos armados inter-Estados, mas pode suscitar condições de mudanças internas de poder em países com maiores índices de rejeição da ordem mundial existente.

Tais linhas manifestam-se entre Estados e condicionam noções de soberania formuladas e reformuladas desde 1648. Em paralelo com elas, surgiram duas outras que se manifestam entre movimentos sociais e os Estados: direitos humanos e condições de vida.

Os direitos humanos são hoje apresentados por vários países como critério importante de suas diplomacias e todas as instituições econômicas e financeiras colocam a eliminação da pobreza entre as prioridades. Se no plano dos princípios tais adoções traduzem a força dos movimentos sociais e de mudanças na relação Estado-Sociedade, no plano prático esses princípios têm uma aplicação muito parcial, como se verifica na área aqui em estudo, onde o autoritarismo caracteriza a maior parte das formas internas de poder, com escassas exceções, enquanto a distribuição da riqueza apresenta desigualdades enormes, mesmo nos países onde os padrões mínimos estão garantidos.

No que respeita formulações de política exterior nesta área, apenas a Síria tem um regime com algum nível de hostilidade ao Ocidente, sobretudo aos Estados Unidos, mas em todos os demais existem movimentos de oposição legal ou clandestina situados na faixa islamista anti-ocidental que, em alguns casos defendem a via terrorista.

A este propósito é importante esclarecer aqui dois pontos.

O primeiro é que por movimentos islamistas anti-ocidentais, queremos significar que a posição sobre o Ocidente é o grande – e às vezes único – ponto de distinção relativamente ao islamismo tradicional, com o qual os interesses ocidentais têm coexistido em quase toda a península arábica. Ambas as tendências são de fundo ditatorial e não visam nenhuma reforma social profunda. As de maior fervor político-religioso anti-ocidental mobilizam para guerra santa (jihad), razão pela qual são cada vez mais designadas por jihadistas.

O segundo é que o islamismo, sobretudo o islamismo de fundo terrorista, não cobre a totalidade do campo oposicionista na região, onde existem fortes correntes nacionalistas árabes e alguns movimentos laicos.

Aliás, a Conferencia pelo Entendimento Nacional do Iraque, que em novembro de 2005 reuniu no Cairo praticamente todas as grandes tendências políticas do país, sublinhou a diferença entre resistência – que apoiou – e terrorismo – que condenou.

A opção terrorista decorre de vários elementos não havendo uma tipologia universal, mas pode hoje dizer-se que, à partida, encontra-se sempre um comportamento fundamentalista, seja de que natureza for, gerador de fanatismo e de ânsia purificadora pelo sangue do inimigo, associado ao demônio, ou dos mártires, associado à glória salvadora. Nestes termos a diferença entre Al Qaeda, os fundamentalistas cristãos ugandenses do Exército da Resistência do Senhor, os americanos tipo bombistas de Oklahoma e até os mais exaltados extremistas judeus, reside apenas nos meios de que dispõem.

O segundo elemento reside na característica de pequeno grupo, quase seita, insuficiente à partida para ganhar grande repercussão, a não ser por ações espetaculares. O terrorismo sublima a ausência de mobilização popular em larga escala e, se no decurso do processo, adquire essa capacidade, o atentado cego pode passar para segundo plano ou mesmo ser abandonado. É nesta hipótese, que as inserções do Hamas nas instituições palestinas e do Hezbollah nas libanesas levantam esperanças na mudança de métodos e de linhas, permanecendo uma margem de dúvida em relação aos núcleos islamistas somalis.

Na mesma ordem de idéias se situam governos de inclinação inicial jihadista. À medida que esses governos se confrontam com a realidade e com a sociedade, os impulsos de violência reduzem ou ficam apenas pela retórica,

como ocorreu com o governo islamista sudanês que sucessivamente mandou Bin Laden se retirar, entregou o terrorista Carlos “Chacal” para julgamento às autoridades francesas e acabou por negociar partilha de poder com seus principais adversários, sob mediação norte-americana.

O terceiro elemento que induz ao terrorismo bombista nesta área decorre das características ecológicas. Os micro grupos com características de fundamentalismo ideológico, que têm existido na América latina ou na Ásia, recorrem ao foco guerrilheiro porque o ambiente favorece e dá proteção. Em zonas desérticas ou semi-áridas essa possibilidade é quase inexistente e, no Oriente Médio ou zonas áridas do Nordeste Africano, a ação violenta de oposição é exercida pelo raid de pequeno comando bem armado ou pelo atentado bombista. Os warlords da Somália e o Hezbolah combinam os dois e, boa parte da tática de guerrilha no deserto de T.E. Lawrence, também fazia essa combinação.

Nos círculos jihadistas, essas vias de luta se reproduzem como tradição e a disponibilidade de atacantes suicidas representa um reforço maior na sua capacidade de atuação, tendo viabilizado o 11 de setembro nos Estados Unidos e parte dos atentados mais espetaculares do Oriente Médio, não estando estabelecido se esta disponibilidade foi considerada como ultimo recurso para os atentados de Nairobi, Dar Es Salam e Mombaça.

A exemplo do que ocorreu em larga escala nos conflitos de Angola, Serra Leoa e Camboja, a mina terrestre é usada por milícias clânicas da Somália. Sendo por definição uma arma defensiva, a sua colocação em zonas de passagem civis, transforma-a em arma de ataque, cega e causadora de milhares de vítimas com o respectivo clima de terror.

Essas milícias clânicas somalis são a expressão principal do fenômeno do “warlordismo” atual, expressão difícil de traduzir em português e que significa “poder dos senhores da guerra”, cuja prática seria equivalente a “quase privatização da guerra”, uma privatização também constatável em exércitos securitários que marcaram presença em outros conflitos africanos. O “warlordismo” contemporâneo tem origem na China e encontra hoje o seu grande exemplo na Somália, onde aparece como fator político determinante nos últimos anos.

Abdirizak Adam Hassan, intelectual somali exilado, considera que o warlordismo “como profissão” prospera graças “à dinâmica da mera sobrevi-

vência e é isso que dá vida e razão justificativa ao núcleo principal das suas normas (leis), da sua trama perspicaz e fria brutalidade”, acrescentando que tais normas operacionais são simples, não escritas e naturalmente táticas. A relação entre os vários senhores da guerra é caracterizada pela luta constante sendo-se mutuamente necessários: “eles invariavelmente retomam a perpetua inimizade entre si” (HASSAN, 2003).

No entanto, este autor adverte que não se devem confundir os senhores da guerra com a sede de poder dos ditadores, em geral chefes de Estado, que “segundo as normas internacionais atuais, detêm o poder com legitimidade” e que têm uma preocupação excessiva com a manutenção da lei e da ordem. A única lei que o senhor da guerra aceita é a sua própria, tratando-se de “indivíduos cujas vidas se tornaram desprovidas de considerações morais e que conduzem uma existência corrompida, tanto moral como materialmente” (ibidem).

Alem da Somália, Hassan situa no Afeganistão forte presença de senhores da guerra. De modo geral, quer se trate desses dois casos ou de outras situações históricas, nota-se uma forte relação deste fenômeno político-militar com a existência de clãs ou segmentos de grupos étnicos ou ainda seitas religiosas, num ambiente de colapso estatal.

Para os Estados hegemônicos à escala mundial ou para Estados com algum poder regional, o terrorismo ou a atividade extensa de senhores da guerra é uma ameaça identificável e imediata, sobretudo quando qualquer deles revela capacidade ofensiva a ponto de ameaçar a segurança no território de tais Estados. A intervenção americana no Afeganistão e as operações políticas e/ou militares da Etiópia na Somália constituem resposta a essas ameaças e levamos, na lógica das intervenções, a estendê-las para ameaças de outra natureza, vistas como tendo potencial ainda maior, o que está na base da derrubada do regime Saddam Hussein pelas tropas norte-americanas e da vontade etíope de se afirmar como potência regional.

Seja diretamente ou através de mecanismos continentais (União Africana) ou mundiais (ONU), os Estados Unidos e a União Européia têm tentado reduzir a frente de combate às ameaças insuportáveis para eles próprios ou suscetíveis de degenerar em conflitos de grandes proporções. Daí funcionarem como mediadores na guerra civil do Sudão ou na guerra Etiópia-Eritreia e de elaborarem planos, acompanhados de pressões e garantias, no já longo demais conflito israelo-palestino.

O fato é que os conflitos adquirem dinâmicas próprias e, entre o Nilo e o Tigre, estabeleceu-se um quadro com vários tipos de conflitos, interligados ou não quanto a pontos de partida, mas que adquirem laços pela proximidade geográfica e pelo exacerbar de reflexos comunitários, delimitando campos de interesses e de comportamentos, onde a lógica das crises de insegurança provoca subidas aos extremos, por vezes ultrapassando as ameaças iniciais ou abrindo possibilidades de novas afirmações de hegemonia, quer mundial quer regional.

4. CRUZAMENTOS SOCIAL-MILITAR

A segurança humana é um conceito muito trabalhado em países como a Colômbia ou a África do Sul, onde acadêmicos e ativistas dos direitos humanos lhe deram grande centralidade. Define-se pela preocupação maior no que se refere ao respeito pela vida da população, ameaçada pelos intervenientes nos processos de violência, sejam de base política ou dos tráficos e sua repressão, acentuados por índices sociais de sofrimento humano.

A segurança humana depende em grande medida de uma visão não opressiva da segurança dos Estados e, é de tal acuidade nesta área, que o lançamento de novo programa pelo Partido Trabalhista de Israel baseado na “segurança social” deu lugar a dupla leitura – proteção de direitos sociais e considerações de defesa militar.

O relatório do Center for Human Security, constata a redução dos conflitos político-militares à escala mundial nos últimos três anos (HUMAN: 2005). Apesar disso, é patente que as guerras dos tráficos em alguns países são geradoras de índices de insegurança próximo das guerras convencionais ou insurrecionais e que, entre o Nilo e o Tigre, temos situações político-militares que podem ser diferenciadas em cinco grupos:

- a) Iraque, Somália, zonas da Autoridade Palestina: países com alta insegurança em quase todo o território, causada por grupos terroristas, milícias clânicas ou exércitos regulares;
- b) Etiópia, Eritreia, Sudão: com alta insegurança em algumas regiões, sobretudo fronteira entre os dois primeiros e o Darfur sudanês;
- c) Israel e Líbano, insegurança constante em virtude de atentados;

- d) Egito, insegurança pontual com atentados esparsos no tempo e no espaço;
- e) Em todos os países deste espaço prevalecem níveis diferenciados de insegurança correspondentes a perseguições policiais ou militares contra grupos étnicos, religiosos, intelectuais ou simplesmente defensores de opções políticas distintas das atuais. No entanto, Israel, Líbano e Yemen apresentam especificidades relevantes. Assim, raramente se verificam tais praticas dentro do Estado Hebreu, apesar delas serem moeda corrente nos Territórios Ocupados, enquanto que as autoridades libanesas, que também aceitam em geral normas democráticas de conduta, não conseguem evitar que adversários da presença síria vivam sob ameaça, tendo dois deles, de muito prestígio, sido assassinados no ano de 2005. Apesar de se tratar dos dois países com mais alto grau de abertura política interna na área, os direitos humanos ficam mais vulneráveis sempre que em relação direta com implicações internacionais.

O Yemen é ainda mais específico. Apresenta imperfeições institucionais com repercussão negativa em direitos dos seus cidadãos, mas a existência de sistema multipartidário, de considerável margem de liberdade de expressão e até a própria condição da mulher, fazem dele um paraíso de liberdades se comparado com os outros Estados da península arábica e das duas margens do mar Vermelho. O caráter politicamente apresentável e freqüentável do Yemen tornaram-no aliado importante dos Estados Unidos, equivalente ao Botswana na África Austral e a Costa Rica na América Central. Esse mesmo caráter também contribuiu para fazer do litoral iemenita alvo de dois atentados importantes contra um petroleiro francês e um navio de guerra norte-americano.

Nos casos referenciados em a), b), d), a insegurança de origem política se desenrola num quadro social de sofrimento, com elevadas percentagens da população habitando zonas de miséria, com escassos recursos médicos e insuficiências de nutrição que, no Sudão, Somália, Etiópia e Eritreia, atingem com regularidade proporções de catástrofe.

Ou seja, situações de pronunciada insegurança humana, o que explica porque esta área ocupa o topo da tabela mundial quanto a números de soldados por mil habitantes e, porque prevalecem tremendas desigualdades entre países e entre grupos sociais.

O país que aparece em primeiro lugar na militarização mundial é a Eritreia com 42,8 soldados por mil habitantes, seguido por Israel com 27,4.

Os seis lugares seguintes continuam situados aqui: Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Síria, Djibuti, Líbano e Bahrein.

Comparativamente, dos 17 países com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no mundo, cinco também estão aqui. Oficialmente são quatro: Djibuti, Yêmen, Eritréia e Etiópia, mas é evidente que a Somália, de que nem há estatística aproximada, faz parte. A importância dos contrastes pode ser julgada com o fato de haver também cinco na faixa do alto IDH: Israel, Qatar, Emirados, Bahrein e Kuwait (PNUD/IDH: 2005).

Sublinhemos, no entanto, que os critérios de segurança humana não entram nos cálculos do IDH. É uma proposta que alguns setores têm feito para melhorar o valor do Índice e que nesta área teria particular razão de ser.

Mas no que diz respeito à relação entre desenvolvimento humano e direitos humanos no sentido cívico, o Yêmen revela aqui que essa relação não é obrigatória. País com mais baixo IDH da península arábica está no grau mais avançado de direitos humanos, podendo dizer-se que é o único país da sub-região em transição para a democracia.

A presença de forças estrangeiras é também outro indicador de insegurança, representando alto custo financeiro para esses países estrangeiros e quase sempre custos políticos para os governos que os acolhem, na medida em que essa presença é argumento para as oposições nacionalistas ou islamistas.

Os Estados Unidos são os mais presentes e, além do seu contingente no Iraque, dispõe de bases e/ou facilidades de movimentação militar no Yêmen, Arábia Saudita, Kuwait e Djibuti. A curta distância desta área, no meio do Índico, os norte-americanos possuem uma importante base em Diego Garcia, Arquipélago de Chagos, cuja soberania é reivindicada pela Ilha Maurício, da qual fez parte durante todo o período colonial. Os governos mauricianos têm colocado na balança todo o peso de seu prestígio, decorrente de representarem o segundo IDH africano e de manterem instituições democráticas, mesmo segundo os padrões mais exigentes, sendo provável que Washington tenha que chegar a acordo com Port Louis sobre a soberania daquela ilha mas mantendo os direitos quanto à base, cujo valor estratégico continua atual e com capacidade de armazenagem até de material nuclear. Um acordo que exigirá também a presença britânica, já que foi Londres quem deu aos americanos a concessão de Diego.

A França é outra presença militar de potência externa à área, embora a noção de “externa” seja relativa, porque as ilhas de Reunião e Mayote – a sul da área em estudo mas com alcance sobre ela em caso de necessidade – são territórios franceses onde a maioria da população local não contesta esse estatuto. Além disso, os franceses possuem uma base também em Djibuti.

Em ordens de grandeza é uma soma de mais de duzentos mil homens, com equipamento pesado em terra, duas esquadras ao largo, meios aéreos decisivos que podem ser reforçados rapidamente e uma logística sofisticada. Por outras palavras, esta área tem também o primeiro lugar na tabela de maior densidade de soldados estrangeiros.

De natureza diferente e com um total de efetivos da ordem dos seis mil apenas, estão as forças de peacekeeping da ONU na fronteira da Eritreia com a Etiópia e as de peacemaking da União Africana na província sudanesa do Darfur, sempre ameaçadas de expulsão. Ainda assim, a sua presença traduz uma necessidade de regulação internacional, que em breve pode estender-se à Somália como deseja o até aqui frágil Governo Federal de Transição (GFT) desse país.

5. BASES MATERIAIS

Como todas as áreas do mundo, esta apresenta uma grande diversidade do ponto de vista econômico, dos sistemas políticos e da capacidade militar, o que pressupõe uma certa hierarquia regional de poderes. As disparidades na distribuição espacial dos recursos naturais e no número de habitantes criam uma escala de PIB's com vários degraus, indo desde cerca de 220 mil milhões de US dólares na Arábia Saudita até cerca de 900 milhões apenas na Eritreia (PNUD/country: 2005 e Banco Mundial: 2005).

Traçando uma média com base no PIB, nos graus de diversificação, no IDH de 2004 e nos pesos relativos para a economia mundial, encontramos cinco perfis aproximados:

- 1 – Economias emergentes de base petrolífera (Arábia Saudita, Iraque e Estados da Península Árabe);
- 2 – Economias desenvolvidas (Israel);

- 3 – Economias emergentes com razoável grau de diversificação (Egito e Líbano);
- 4 – Economias sub-desenvolvidas clássicas (Síria, Jordânia);
- 5 – Economias PMA ou “Países Menos Avançados” (Sudão, Etiópia, Eritreia, Djibuti, Yemen, Somália).

No primeiro perfil, o Iraque tem de ser tratado como caso especial em virtude dos efeitos da situação política sobre a conjuntura econômica, o que já se verificava nos últimos anos de Saddam, com o embargo petrolífero num quadro estrutural de certa forma próximo do antigo esquema soviético, onde sofisticado poder militar não correspondia a proporcionais bases econômicas. Desde o começo da ocupação americana até início de 2006, as incertezas institucionais geram um clima limitado ao curto prazo com preocupações acentuadas na reposição de infra-estruturas e abastecimento em bens de grande consumo.

Quanto aos demais países, a entrada no estágio dos desenvolvidos – de que a Arábia Saudita está próxima – depende de mais diversificação produtiva e modernização institucional, o que provavelmente passará pela integração regional já que o mercado interno saudita é de reduzida dimensão para grandes projetos industriais ou financeiros e os demais da península ou do Golfo são de dimensões ainda mais reduzidas. Mas mesmo nessas condições, representam um bloco importante para a economia mundial, dentro do qual se exercem efeitos recíprocos, com elevada capacidade de poupança e de financiamento para qualquer tipo de empreendimento, seja econômico, social, político, etc.

Israel é uma economia capitalista de tipo ocidental com alta tecnologia, diversificação e integração no sistema mundial mais avançado. Com cerca de seis milhões de habitantes tem um PIB superior a 100 mil milhões de US dólares (Banco Mundial: 2005) ultrapassando, portanto, vários integrantes da União Européia, mais populosos que ele. Os desequilíbrios sociais internos são do mesmo tipo dos que existem no capitalismo avançado atual, com a diferença considerável que em Israel o clima de guerra impede o desenrolar de grandes reivindicações sociais e que os elevados aportes de capital internacional, principalmente da Diáspora, reduzem os déficits causados pelas elevadas despesas militares. Neste caso, porém, Israel fica muito dependente das disponibilidades internacionais.

É nestes termos que a paz e conseqüente integração israelense na região, surgem como requisitos para melhor distribuição interna da renda e maior sustentabilidade econômica do país.

No perfil 3, o Líbano também conta com fluxos financeiros provenientes da sua Diáspora, numerosa e com alguma capacidade financeira nas Américas, com recursos humanos locais de bom nível para o estagio em que se encontra e um empresariado experiente. Tudo isso contribuiu para uma taxa de reconstrução notável, considerando a profundidade das destruições provocadas pela longa guerra civil, constituindo um bom estudo de caso útil para países em situação pós conflito. A pequena dimensão econômica do país, os problemas militares no Sul e a lenta configuração institucional têm impedido uma maior diversificação de atividades gerando, portanto, um contexto vulnerável.

Neste mesmo perfil, o Egito tem um empresariado com experiência histórica do mesmo gabarito do que existe no Líbano e as relações de trabalho em ambos os países ainda apresentam um elevado volume de salários baixos e escassa proteção social. Mas o impacto geral da economia egípcia é bastante diferente, graças a um mercado interno de maior dimensão, mais recursos naturais, a importância do canal de Suez e a influencia simultânea no Nordeste africano e Oriente Médio. O seu PIB é da ordem dos 75 mil milhões de US dólares (*ibidem*), representando a indústria 32,1%, ou seja, na média dos países emergentes do resto do Mundo.

Em ambos os países as despesas militares são muito onerosas e mais penalizantes para o desenvolvimento socioeconômico no Líbano que no Egito, encontrando-se objetivamente na mesma situação de Israel no que se refere à estreita relação economia-conflito e no discurso oficial limitativo das demandas sociais.

No perfil 4, temos dois países com dimensões próximas e características clássicas de sub-desenvolvimento, inclusive no autoritarismo das instituições políticas, apesar das diferenças ideológicas acentuadas que determinam mais peso estatal na Síria e mais forças de mercado na Jordânia.

No perfil 5 está uma parte dos países mais atrasados do mundo (PMA) em termos de atividade econômica e efeitos sociais: Sudão, Etiópia, Eritreia, Djibuti, Somália, Yemen.

Destes cinco, o primeiro e o ultimo possuem recursos petrolíferos geradores de boas possibilidades de poupança e transferência de recursos para

outros setores mas, até aqui, o contexto extrativo não tem sido diferente de outros produtores como Nigéria, Angola ou mesmo Venezuela, onde os valores do crude não irradiam na sociedade como o potencial faria prever.

O acordo de paz sobre o Sul do Sudão é elucidativo sobre a relação economia-conflito e sobre a redistribuição material como elemento pacificador. Não apenas se procedeu a uma partilha de riquezas em exploração, como se estabeleceu no conjunto do país um duplo sistema financeiro: no Norte seguindo os preceitos islamistas e no Sul do tipo ocidental, tendo cada região sua própria moeda.

Na Somália, a vida econômica está tão fragmentada como o próprio território, não se dispondo de dados estatísticos fiáveis. Três elementos aparecem como salientes: a economia de auto-subsistência em comunidades pastoris, a importância de ajuda humanitária onde é possível fazê-la chegar e algumas remessas de emigrantes localizados em países da península arábica e do Golfo árabo-pérsico. Um terceiro exemplo de repercussão socioeconômica local das Diásporas, na medida em que todas elas influem do ponto de vista financeiro, mas também politicamente através de formulações dos círculos intelectuais de comunidades judias, (Israel) da emigração ou do exílio (Líbano e Somália).

Djibuti mantém-se pela sua posição estratégica: prestação de serviços ferro-portuários e recursos provenientes dos direitos das bases militares estrangeiras.

A Etiópia com mais de 70 milhões de habitantes tem um PIB pouco superior a oito mil milhões de US dólares (ibidem) e tal como o Sudão e a Eritreia, sua população vive ciclicamente sob ameaça de crises alimentares graves.

Não é fácil avaliar as despesas militares de modo geral e, numa área conturbada como esta, é ainda mais difícil. Por toda a parte há formas de disfarçar parcelas dessas despesas e, nas situações de conflito ou perto dele, é comum dar-lhes tratamento confidencial.

Segundo o Instituto Internacional de Pesquisa sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI: 2005), em 2001 apenas 61 países forneceram à ONU dados sobre suas despesas militares, número que em 2002 passou para 77. A mesma fonte destaca que as despesas militares no mundo, após terem acusado declínio

após o fim da guerra fria, voltaram a subir após o 11 de setembro 2001, atingindo em 2004 cerca de 1,04 trilhões de dólares US.

Para 2003, o SIPRI assinala que Israel teve gastos militares correspondentes a 9,1% do seu PIB, uma proporção que foi de 8,7% na Arábia Saudita, 4,3% na Etiópia e 19,4% na Eritreia. Olhando os cinco anos anteriores, constata-se que a porcentagem israelense é relativamente constante, tendo a Arábia Saudita registrado uma máxima de 14,3% em 1998. No ano seguinte a Eritreia atingiu brutais 37,6% e a Etiópia 10,7%.

Em termos comparativos, a porcentagem para o Brasil em 2004 é ligeiramente inferior a 2%.

Além do que estes dados indicativos podem revelar por si mesmos, é importante notar que as despesas militares não têm o mesmo impacto nos países mais pobres, de renda intermédia ou de renda alta.

Assim guerras civis ou entre-Estados nas últimas décadas do Sudão, Etiópia ou Eritreia, exercem pressões de atraso muito acima de outras partes do globo. Com a incipiência material em que vivem, qualquer conflito obriga a vultosas importações para equipar e assegurar o consumo mínimo dos combatentes em detrimento de bens de consumo vital para a população ou indutores de crescimento. O elevado número de mobilizados representa também uma forte hipoteca para o futuro quando, no final dos conflitos, se proceder à desmobilização, e as estruturas locais do mercado de trabalho não tiverem capacidade para absorver essa elevada quantidade de pessoas pouco qualificadas, parte das quais poderão ter guardado armamento ligeiro.

Em países de altos gastos militares como Egito, Israel ou Arábia Saudita, grande parte dos montantes são canalizados para indústrias locais, seja de armamento ou de outros bens consumidos indistintamente por civis e militares. Uma redução dos efetivos também seria, em princípio, mais absorvível pelo mercado de trabalho ou por entidades de proteção social e reciclagem profissional, que nos países mais pobres.

Uma parte dos orçamentos de defesa israelense e egípcio, por exemplo, dão lugar a pesquisa ou aplicação tecnológica em vários ramos, desde a medicina à informática e ao nuclear.

Se tais elementos minimizam o desperdício em relação aos PMA, não anulam os custos de manter centenas de milhar de pessoas fora dos circuitos

produtivos e as elevadas faturas de operação de meios bélicos sofisticados. Ponto comum nas duas categorias de países: as políticas de defesa reduzem as reivindicações sociais.

Ainda sobre a capacidade de integrar economicamente as despesas militares nesta área, não é possível deixar de referir os Estados Unidos, que procederam a silenciosas mas consideráveis alterações na prática neoliberal em função dos novos desafios de segurança. Alguns economistas com ironia, vêm nessas alterações uma forma de adesão a alguns princípios keynesianos.

Um dos exemplos é o abandono do princípio de equilíbrio orçamental, acentuando o Estado como principal cliente do mercado. Os custos de defesa continuam sendo parcela importante das despesas públicas, que se transformam em renda para múltiplas empresas e setores, através de encomendas que vão desde cereais até aeronáutica da última geração, passando pela utilização de infra-estruturas e recurso a experts civis.

Obviamente estamos longe de igual capacidade nas economias emergentes em conflito, enquanto as guerras nos PMA ficam simplesmente fora de qualquer idéia de comparação por serem apenas predadores do ponto de vista do desenvolvimento econômico.

Desde a guerra contra a Espanha no Caribe e nas Filipinas que a economia norte-americana tem sido capaz de adequar sua estrutura econômica aos conflitos. Desde sempre é o Estado federal quem desempenha papel decisivo e a hoje denominada Revolução nos Assuntos Militares (RMA) é consequência da evolução tecnológica que esteve na base da recuperação econômica do período Clinton.

A RMA permitiu às forças americanas alcançar em 21 dias a prioridade imediata de liquidar o temido exército iraquiano de Saddam Hussein, graças à precisão de fogo a distância, poderio de detecção, qualidade das comunicações e profissionalismo dos efetivos, com custos humanos e financeiros suportáveis por Washington.

Segundo notícias das agências de mídia, nesse período (março de 2003) a força multinacional, compreendia 300.000 soldados, dos quais 250.000 norte-americanos. Em dezembro de 2005 passava para 160.000 tropas USA e 24.000 de outros países, muitos dos quais não-combatentes.

No Inventário Militar do Oriente Médio para 2004 (JAFEE: 2005) as forças regulares de Israel são da ordem dos 186.000, as do Egito 450.000, as da Arábia Saudita 170.000 e as do Irã talvez perto de 500.000. Comparando entre elas, a tecnologia disponível por Israel equilibra com efetivos superiores da região, tanto mais que o Estado hebreu possui um dispositivo rápido de chamada de reservistas que faz subir o total para mais de 600.000, com a vantagem de evitar despesas inerentes à permanência de elevados efetivos.

Mas se compararmos todas essas forças com as dos Estados Unidos na área, o peso da tecnologia como fator de alta capacidade acentua-se e o comando norte-americano pode também recorrer a reforços que essa mesma tecnologia coloca no terreno com rapidez e capacidade operacional imediata, dois grandes indicadores da RMA.

Porém, o impacto da RMA no Iraque reduziu-se quando a guerra mudou de natureza, passando para guerrilha urbana ou terrorismo, face aos quais o tiro à distancia é quase impossível e a detecção bastante aleatória. Passou a prevalecer a obrigação de buscar combate aproximado com um inimigo mal localizado que opera à escala micro, o que muitas vezes redundava em operação às cegas que falha objetivos, atinge civis e impede a vitória política. Além disso, os exércitos modernos não têm o monopólio das novas tecnologias que, em várias dimensões, podem ser usadas também pelas insurreições, quer sejam terroristas, guerrilheiras ou luta de ruas.

Este é um desafio sério que as forças americanas enfrentam no Iraque e pode acentuar-se se o alastramento do conflito conduzir a outras intervenções. Mas do ponto de vista financeiro não há nenhuma guerra desse tipo que não possa ser suportada pela economia americana e até integrada nela.

6. PARÂMETROS

6.1. IRAQUE E PARÂMETROS DE CONDUÇÃO DE GUERRA

Três outros temas comuns estiveram presentes nesta área ao longo de 2005 e começo de 2006 – eleições, terrorismo e iniciativas de contenção – todos eles constituindo grandes interpelações políticas às elites locais e seus povos mas também às grandes potências, em primeiro lugar a maior delas, por

se encontrar diretamente envolvida e por considerar a área como de absoluta e imediata prioridade para sua segurança.

Em regiões do mundo conturbadas, os processos eleitorais têm sempre um valor acrescentado. Além do exercício da renovação institucional, em zonas deste tipo, as eleições procuram ser um fator de resolução de conflito.

As de final de 2005 no Iraque tiveram claramente esse objetivo e sublinharam o impacto das identidades culturais nas opções do eleitorado, na medida em que produziram uma maioria de base shiita, uma importante minoria curda à escala nacional (que à escala da sua região foi novamente quase unanimidade) e fortes protestos dos setores sunitas que participaram no escrutínio com intensificação das ações de sabotagem ou terrorismo pelos que boicotaram o mesmo.

Os setores laicos (ou pelo menos mais laicos) ficaram aquém de suas expectativas e o resultado geral aponta em três direções:

- As formações patrocinadas pela alta hierarquia shiita têm o apoio da maioria, revanche contra décadas de posição subalterna durante o poder do Baas (tendência Sadaam) visto como mais ligado aos sunitas. Tal fato representa agora consonância entre o político e o religioso numa faixa que cobre dois importantes países do Oriente Médio (Iraque e Irã), reforça o peso da componente shiita no seio do Islã podendo inquietar a camada dominante na Arábia Saudita e outros Estados da península;
- Apesar disso as opções da Aliança Unida, apoiada pelos religiosos shiitas no Iraque não coincidem, pelo menos por enquanto, com a do governo de Teerã. Entre ambos existem divergências decorrentes dos interesses nacionais respectivos e até mesmo das identidades étnico-linguísticas, ficando a pergunta sobre possíveis lutas de influência pela liderança do campo shiita à escala mundial;
- Se as solidariedades e identificações comunitárias foram decisivas, a atitude perante a presença militar americana também desempenhou um papel. Os sunitas de forma geral são extremamente agressivos contra essa presença, os curdos servem-se dela abertamente para consolidar suas posições e a liderança shiita foi capaz de articular seguidores que propõem a via insurrecional – alguns até já a tinha experimentado – com os partidários de táticas semelhantes aos curdos.

100 Nesse sentido as eleições libanesas já tinham produzido, meses antes, um contexto cujos contornos se acentuaram com a votação iraquiana, em virtu-

de dos importantes avanços da oposição à presença das tropas de Damasco. Assim, a rejeição das forças estrangeiras teve o peso maior nas propostas eleitorais de uma convergência entre sunitas, drusos e cristãos progressistas e, por tabela, este resultado significou também derrota da tendência síria do Baas mas ao mesmo tempo revelou a influência do Hezbollah (Partido de Deus), de inspiração shiita e ligado por razões táticas à Síria, graças sobretudo à imagem que ganhou em largos setores da população, de que foi sua ação quem levou à retirada das forças israelenses do Sul.

Nos dois casos, a comunidade aparece como o grande elemento mobilizador e os sentimentos nacionalistas como fixadores de objetivos a curto ou médio prazo, um jogo de que não participa a maioria dos sunitas iraquianos por acreditarem que, em definitivo, a invasão norte-americana se fez contra eles e por revelarem um tremendo complexo de minoria em relação aos compatriotas shiitas, de quem receiam revanche discriminatória. Propostas para alterar a atitude tática, feitas por intelectuais sunitas iraquianos, alguns próximos do partido comunista, tiveram até aqui pouca ressonância.

Este desafio dentro da comunidade sunita corresponde a uma quase regra geral sobre minorias que perdem seu antigo poder. Nas transições da Irlanda do Norte e da África do Sul, reflexos semelhantes ocorreram entre protestantes no primeiro caso e brancos no segundo. Nesses países, em paralelo com os partidários de aberturas negociadas, surgiram grupos irredentistas (incluindo terroristas) que procuravam deter os respectivos processos, só se alcançando redução e eliminação da violência política com a visualização de novos equilíbrios e atitude apaziguadora das “novas maiorias”, o que pode fornecer pistas para os futuros caminhos do Iraque.

Se esses novos equilíbrios não conduzirem a vias semelhantes àqueles dois exemplos, o Iraque tem todas as condições para se dividir em três. Nessa eventualidade, o quadro internacional correspondente faria pesar grandes ameaças turcas sobre a região curda, dado o receio de Ankara quanto a contágio para os curdos da Turquia, e um longo conflito entre sunitas e shiitas que não deixaria indiferente a Arábia Saudita e o Irã.

É sob essa espada de Damocles e seus dois gumes que se configura a vida iraquiana.

De um lado, o terrorismo, conduzido por uma nebulosa onde estão elementos do Baas e do antigo exército, redes próximas ou conectadas à Al-

Qaeda e alguns jihadistas autônomos. Curiosamente, no caso Al Qaeda assinala-se que o comando é assegurado por Al Zarqawi, cidadão jordaniano, embora os executantes dos atentados de finais de 2005 contra hotéis de Aman tenham sido, segundo as mesmas fontes, cidadãos iraquianos.

Dispondo de uma estrutura altamente descentralizada que fazem dela tanto uma organização como uma idéia geral, Al Qaeda dispõe de importantes meios financeiros e beneficia de elevada repercussão propagandística, de tal forma que mesmo ações que não executou lhe são atribuídas.

A área financeira ajuda a compreender sua composição, sobretudo se na análise inserirmos perfis de militantes que se tornaram conhecidos: base militante de origem relativamente humilde com boa formação corânica, quadros operativos de classe média e contribuintes de famílias abastadas que, nas duas últimas gerações, passaram por grandes alterações nas fontes e montantes de renda. Não é só Al Qaeda que funciona com esta aliança de classes, existente em quase todo o islamismo político que se move pelo projeto de renascimento do poder árabe.

Alguns estudiosos vêem este islamismo como nova forma do pan-arabismo, que também teve na noção do “renascimento” um ponto alto. Isso ocorreu com a vertente nasserista e com o Baas, fundado por um cristão sírio-libanês, significa Partido Socialista do Renascimento Árabe.

No terrorismo iraquiano atual há também uma componente, constatável em todas as transições conflituvas, puramente delinqüente e que se dedica à extorsão. Grande parte dos seqüestros têm essa origem, sendo importante notar que as vítimas mais numerosas são iraquianas, que não beneficiam do mesmo noticiário dedicados a raptos de estrangeiros.

O fato é que tudo isso gera uma vaga de violência responsável por milhares de mortos e insegurança permanente na maior parte do território, ou seja, o prolongamento da guerra.

Do outro lado está a política norte-americana, apertada entre as crescentes pressões para retirar e a certeza de que essa retirada no curto prazo permitirá a forças insurrecionais capturarem pelo menos partes importantes do país, algumas delas com elevados recursos naturais e população numerosa, dois requisitos para aumentar sua capacidade.

O preço político do escudo militar USA para as novas lideranças iraquianas é desde já elevado e o tempo só pode aumentá-lo, o que dá – tanto

para essas lideranças como para Washington – um caráter estratégico à formação de novo exército e polícia iraquianos. Por essa mesma razão, as organizações insurrecionais dedicam grande energia a inibir voluntários para ambos, incluindo pela execução sumária ou intimidação.

Os números oficialmente revelados de algumas dezenas de batalhões iraquianos empenhados na luta anti-insurrecional é insuficiente para substituir o contingente americano existente em final de 2005.

Mas o problema não se resume a essa dificuldade, havendo mais duas muito evidentes.

A primeira delas é o resultado imediato da intervenção e suas perspectivas.

“A invasão americana do Iraque transformou o sofrido país no teatro central da luta jihadista. Nós destruímos um das mais odiadas ditaduras do mundo árabe que os jhaistas foram incapazes de atingir, mas deixamos campo aberto para que radicais de fora e de dentro do país causem tumulto. Os terroristas encontraram no Iraque um melhor santuário, campo de treino e laboratório, do que tinham no Afeganistão. Conseguiram mesmo o que mais desejavam: alvos americanos a curta distancia (...). É pouco provável que Osama Bin Laden, nos seus sonhos mais ardentes, pudesse imaginar que a América tropeçasse tão feio e se ferisse a si própria tão gravemente” (BENJAMIN e SIMON: 2005).

A segunda diz respeito às formas de condução da guerra.

Na seqüência das torturas e humilhações de presos iraquianos por soldados americanos e, um ano mais tarde, indícios de traslado de suspeitos de terrorismo através de território europeu, a administração norte-americana aparece como desrespeitando brutalmente os direitos humanos, que constituem o critério mais definitivo para julgar a natureza de qualquer ação política.

Este comportamento é comum a outras intervenções unilaterais estrangeiras, feitas por exércitos de países com instituições democráticas internas e que, recorrendo a um conceito muito útil em economia, pode classificar-se como externalidades muito perigosas. Só referindo exemplos de 2005, a Força de Defesa de Israel (FDI) nos T.O., os destacamentos franceses na Costa do Marfim, os serviços secretos sírios no Líbano e unidades russas na Chechenia, também foram acusados de crimes contra cidadãos locais e, mesmo que em

alguns casos os autores das agressões tenham sido julgados, fica a impressão de que o respeito pelos direitos humanos cai a pique quando se trata de relação com estrangeiros. Aquilo a que vários autores de esquerda chamam desde os anos 60 de “fascismo exterior”, no qual se inserem até comportamentos patentes na economia mundial: a queda nos padrões de muitas grandes empresas sobre exploração de recursos ou condições de trabalho quando estão em países mais pobres e a própria política de grandes potências nas negociações internacionais, pouco propícia a maiores oportunidades para os países nos vários estágios de sub-desenvolvimento.

Mesmo um exército que tenha entrado em guerra por motivos justos ou necessários, pode destruir a justiça inicial se recorrer a brutalidade igual à do inimigo. Para as populações civis é a atitude diária dos beligerantes que faz a diferença principal.

As situações de guerra, sobretudo se forem prolongadas, promovem de forma dramática um aviltamento nos comportamentos humanos. Ou os altos comandos optam pela brutalidade indiscriminada perante as dificuldades que encontram ou perdem o controle de parte de seus oficiais e soldados. Não apenas nas guerras de terceiro mundo nem apenas no passado histórico das ocupações de África ou das Américas, mas em quase todas as intervenções contemporâneas de grandes potências surgem atos de barbaridade, não sendo exagerado admitir que os casos conhecidos possam ser apenas parte da realidade camuflada.

A intervenção do Reino Unido na Serra Leoa, não deu lugar a acusações idênticas e, a conduta do contingente britânico e dos seus diplomatas no terreno, foi de grande valor para o restabelecimento da democracia naquele país oeste-africano, atingido por uma das mais cruéis guerras de final do século XX. Ficou a interrogação sobre se se tratou de uma mera exceção facilitada pelo elevado desequilíbrio de forças ou se foi o quadro multilateral de fato em que decorreu a operação que obrigou a mais auto-controle.

Enfim, a guerra do Iraque não decorre só no Iraque e o desdobrar da estratégia de Bush tem que contar acima de tudo com um peso pesado chamado sociedade civil norte-americana, ou simplesmente opinião publica USA, cuja força em termos comparativos mundiais, é proporcional à força da administração e que pode mais que os carros-bomba em bairros iraquianos. Já o

demonstrou várias vezes ao longo da História, desde a Independência passando por Henry D. Thoreau, Mark Twain e pela guerra do Vietnã.

Confirmando a regra, as denúncias sobre maus tratos a presos em Abu Gharbi foram iniciadas por cidadãos norte-americanos.

Dois anos após a tomada de Bagdad, as pesquisas de opinião nos Estados Unidos revelavam que a maioria quer uma estratégia política calendarizada para resolução do conflito.

6.2. ETIÓPIA, EGITO E PARÂMETROS DE CONDUÇÃO INSTITUCIONAL

No que se refere a *timings* pós-conflito, as eleições de maio na Etiópia têm paralelo com as do Líbano num aspecto. Em ambos os países as guerras civis já terminaram há mais de uma década mas, como em quase todos os conflitos armados de grande intensidade (não só pelo armamento usado mas sobretudo nas destruições produzidas e no lado emocional que as envolveu) vários assuntos ainda carecem de resolução e, em primeiro lugar, a escolha livre de instituições representativas. Nesse âmbito o processo libanês foi muito mais conclusivo e ninguém contestou a validade dos resultados.

Na Etiópia, as oposições que obtiveram um total superior a 40% dos votos, alegaram fraudes gigantescas e, após recontagens e repetições, desencadearam no segundo semestre de 2005 manifestações de rua, não hesitando em choques violentos com a polícia de que resultaram mais de quarenta mortos e cerca de cinco mil presos.

Esta tática da oposição mais radical, revelou capacidade de mobilizar bases dispostas a grandes sacrifícios e deu lugar as três reações significativas do ponto de vista interno e internacional:

- O governo procurou tocar na tecla sensível do nacionalismo acusando os manifestantes de serem manipulados pela Eritreia;
- Vários segmentos da opinião pública mantiveram a impressão de que o poder é repressivo e assenta na comunidade tigrina (da região do Tigre) à qual pertence o primeiro-ministro Meles Zenawi, integrante da Comissão África criada pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair como instrumento de desenvolvimento e democracia nesse continente;

– Uma reunião internacional de doadores, importantes para um país no estado de sub-desenvolvimento da Etiópia, surgiram ameaças de corte nas ajudas externas caso se mantivesse a violência policial que, neste caso, é muito visível por ser Addis-Abeba sede da União Africana e da Comissão Econômica para África da ONU.

Para Israel esta situação também causa alguns embaraços, dadas as boas relações entre os dois países, que inclui a liberdade dos judeus etíopes emigrarem para Israel. Vários países árabes acusam a Etiópia de apoiar a política israelense que em troca lhe daria cooperação militar e acrescentam que parte da classe dirigente etíope tem fortes preconceitos contra sua própria população muçulmana, acusações que esta mesma classe nega, dizendo que a cooperação civil ou militar com Israel é porque “este país não ameaça a segurança etíope e dispõe de altos recursos tecnológicos” (ETHIOPIA: 2005).

Israel procura também manter-se equidistante no conflito fronteiriço entre Etiópia e Eritreia.

Precisamente, outra semelhança entre Etiópia e Líbano está na instabilidade fronteiriça, na medida em que o sul libanês pode ser alvo de novas ofensivas de Israel ou, do ponto de vista deste, servir para ataques do Hezbollah. A Etiópia tem problemas fronteiriços talvez mais complicados que os do Líbano, na medida em que os limites geográficos deste país estão consolidados e reconhecidos internacionalmente.

Não é o caso da Etiópia que, além do litígio com a Eritreia, tem longa extensão da fronteira com a Somália marcada por simples linha administrativa, que requer acordo formal, não sendo fácil nas atuais circunstâncias encontrar um interlocutor somali autorizado. O governo etíope acusa com frequência grupos somalis de cometer atos terroristas no seu território, incluindo um contra hotéis da capital. Senhores da guerra ou outras forças na Somália desconfiam que Addis-Abeba pretende alterar aquela linha a seu favor principalmente na zona onde a comunidade Oromo está presente dos dois lados e, alguns acreditam existir estratégia etíope para conquista de faixa litorânea que lhe daria acesso ao mar Vermelho, que perderam com a independência da Eritreia. Por essa razão opõem-se a qualquer presença de tropas etíopes numa eventual força de paz na Somália.

Portanto, se as eleições de 2005 não apaziguaram a luta entre governo e oposição, o país também está longe de encontrar calma nas fronteiras, dois temas que mantêm viva a crise de segurança.

Tal como na Etiópia, as eleições egípcias permitiram uma maior presença da oposição no parlamento e, embora se queixando de pressões e intimidações, a principal organização opositora do Egito, a Irmandade Muçulmana, parece satisfeita e situada dentro de um calendário de que estas eleições são apenas uma jornada.

A emergência parlamentar da Irmandade merece alguma reflexão por tratar-se de um agrupamento considerado durante muito tempo como islamista extremista. O que ela é de fato é a mais antiga e prestigiada organização política islamista.

Antes de mais, é importante dizer que islamismo político não é sinônimo de Islã, mas apenas uma ou mais interpretações ideológicas de seus preceitos para a criar Estados dirigidos pela lei corânica. Por outro lado, também é evidente que nem todos os islamistas propõem o terrorismo como linha de atuação e que muitos coexistem com os interesses ocidentais. O regime saudita é o mais importante exemplo e, com base nisso, os Estados Unidos acharam errada a tática de repressão quase indiscriminada contra os islamistas argelinos, após a vitória eleitoral da FIS.

A Irmandade Muçulmana do Egito (e seus contatos no Sudão e Somália), não é uma organização jihadista, na medida em que não propõe uma guerra santa no sentido militar do termo e oferece sinais de visar o poder sem criar grandes sobressaltos na ordem mundial existente.

No entanto, quer introduzir grandes mudanças na balança de poderes à escala regional e, antes de mais, um maior peso do Egito tanto na política árabe como africana, eventualmente liderança nos dois casos. Como suporte ideológico deste projeto, a Irmandade defende a Sharia como lei suprema da vida política, econômica e organização familiar.

No que se refere à Palestina, a organização é contrária ao Acordo de Camp David entre o seu país e Israel, defendendo a criação de um Estado palestino viável com fronteiras muito distintas das que Israel está disposto a aceitar.

As proposta em relação ao papel internacional do Egito e à questão palestina, suscitam já objeções. No primeiro caso de países como a Arábia

Saudita, Marrocos, Nigéria e África do Sul que visam hegemonia nas suas sub-regiões respectivas e no segundo caso são vistas como belicosas por Tel-Aviv.

Quanto à imposição da lei corânica, inquieta a minoria copta do Egito e setores da esquerda laica, convencidos de que a dinâmica a ser lançada por um poder da Irmandade conduziria a ditadura e ao deslizar para o jihadismo.

O governo egípcio joga com todos estes receios apresentando-se como a única força capaz de evitá-los.

6.3. ISRAEL-PALESTINA E PARÂMETROS DO MAPA DA PAZ

Mas as características da Irmandade Muçulmana aparecem em outros movimentos, em primeiro lugar na Palestina. Exemplificando com os dois mais importantes, o Movimento de Resistência Islâmico (Hamas) e as Brigadas dos Mártires de Al Aqsa (setor mais radical do Fatah), verifica-se a existência de linha de raciocínio bastante semelhante sobre o mundo árabe e sua relação com o mundo e, no detalhe, encontram-se vários pontos comuns sobre o tipo de Estado palestino pretendido. Sobre a Sharia, identidade de pontos de vista aparece com o Hamas, embora as Brigadas sejam mais atentas às reações da importante comunidade cristã da Palestina. Outro ponto comum entre as três organizações é a importância tática que atribuem à participação eleitoral, um posicionamento que as distingue do Jihad islâmico, favorável à guerra pela destruição do Estado de Israel.

A aceitação do combate eleitoral, tanto no Egito como na Palestina, é revelador de um comportamento que pode conduzir gradualmente à busca de soluções negociadas, alterando algumas das metas atuais.

A Irmandade Muçulmana parece ter tirado ensinamentos de duas situações que acompanhou de perto: experiência argelina após a vitória brusca e arrasadora da FIS, negada em seguida por um golpe militar e as mudanças na política do islamismo sudanês, priorizando relações internacionais mais propícias ao desenvolvimento e relações internas capazes de acabar a guerra contra os chamados “secessionistas do Sul” de forte influência cristã.

O Hamas ao admitir, ainda que vagamente, a possibilidade de um dia negociar com Israel, faz um movimento idêntico ao do Fatah nas décadas de

60 a 80, quando conquistou a posição de força principal nas estruturas unitárias palestinas, com base num discurso radical renovador e, mais tarde, reconheceu o direito de Israel à existência, que conduziu à criação da AP. A expressiva vitória do movimento nas eleições palestinas de janeiro de 2006, decorre das perdas de tempo na criação do Estado Palestino (agravado pela corrupção da linha oficial do Fatah) e colocando o Hamas em posição de adequar sua linha política mobilizadora ao exercício de poder, ainda que limitado.

No período imediatamente seguinte à entrada em função do novo poder, assistiu-se a duas mudanças: o Hamas observou uma trégua de fato com Israel e este lançou mão da arma econômica e financeira contra o novo poder, desencadeando sanções desse tipo, reduzindo as retaliações militares.

Ainda que se trate de mais um quadro imprevisível e no qual vão se registrar mais perdas de tempo, é um fato novo com o qual têm de contar as forças políticas de Israel que, no começo de 2006, estão sob o efeito da retirada de Ariel Sharon da vida política e da recomposição dos espaços políticos internos.

A criação do Kadima, que se afirma centrista, pode reduzir a base de apoio ao Likud de forma durável e pode ainda empurrar esta formação cada vez mais para a direita, enquanto setores extremistas partidários do “Grande Israel” se tornam mais agressivos, de tal forma que um alto oficial da FDI declarou ao “Jerusalém Post” (de 13 de janeiro de 2006) que eles aumentaram em 92,4% suas agressões contra palestinos e contra as próprias forças de segurança. Do lado oposto, a mudança na direção do partido trabalhista, cuja nova linguagem fala até em revolução, faz reaparecer novos contornos da esquerda com o que se regozijou o Meretz-Yahad, há muito tempo empenhado nesse sentido.

Temos aqui varias estratégias, desde os defensores de todas as conquistas territoriais, negando mesmo a existência de um povo palestino e recorrendo à força para tal, até aos que usam os T.O. como moeda de troca. Neste grupo, porém, há um leque de táticas que incide no próprio objetivo estratégico e cujas diferenças de conduta principais situam-se no maior ou menor (ou mesmo nulo) recurso à força armada repressiva, com exceção dos casos de terrorismo.

Estas reconfigurações correspondem a cenário semelhante entre os palestinos, onde o Fatah se dividiu entre partidários do presidente da AP, Mahmud

Abaas e do líder das Brigadas de Al Aqsa, Marwan Barghout, cuja detenção prolongada nas prisões israelenses pode fazer dele algo como um Nelson Mandela da região. Esta divisão estava inicialmente relacionada com a percepção dos “brigadistas” de que a AP estava numa posição moderada demais em relação ao governo de Israel e, após as eleições de janeiro, procuram não ser arrastados pela *débâcle* da linha oficial. O Hamas, aproveitou os fracassos dessa linha para mobilizar com sucesso, sobretudo nos setores mais combativos, ou seja, jovens de condição social modesta com algum dos níveis de ensino e, após sua chegada ao poder, está num cruzamento de pressões locais, egípcias e mundiais para reconhecer Israel e apostar na negociação.

Na verdade, os últimos três anos revelaram três estratégias com diferenças importantes:

- A negociação apoiada no princípio das concessões e vantagens mútuas, usando os riscos internacionais como forma de pressão e, por vezes, a própria pressão popular;
- O recurso à pressão popular insurrecional (Intifada) como via principal para reforçar as reivindicações na mesa de negociação;
- A luta armada, incluindo o atentado terrorista.

Todas as estratégias e táticas presentes, porém, têm como tarefa final conceber o mapa do futuro Estado palestino e sua capital.

Para o centro-direita de Israel tal Estado deve ser a soma de dois pequenos territórios separados (Cisjordânia e Gaza) excluindo Jerusalém e as colônias judias criadas na margem ocidental do Jordão. O Hamas, nesta fase, insiste na fusão do território de Israel com os territórios palestinos, suprimindo portanto Israel, mas é mais que provável que evolua para o reconhecimento deste. No entanto, nessa eventualidade, o Hamas pode pedir severas alterações fronteiriças.

A esquerda israelense e setores do Fatah ou da intelectualidade palestina, têm posições mais próximas neste assunto e, sobretudo, parecem manter um maior clima de confiança herdado do período de Ytzak Rabin, o que permitiria trabalhar o mapa sob princípios mais aceitáveis mutuamente. É assim, por exemplo, sobre a questão dos colonatos, objeto de uma recente idéia dos trabalhistas de aluguel das terras por um certo período de tempo e até

alguma flexibilidade sobre Jerusalém, que o Meretz-Yahav propõe como capital dos dois Estados.

Jerusalém é algo de insuperável valor histórico e emocional para os dois povos, havendo a forte possibilidade que a noção de dupla prefeitura e dupla capital possa vir a ser aceite pelos trabalhistas e os centristas, em troca de fortes garantias de segurança. Uma possibilidade reforçada por pesquisa de opinião em final de 2005 ter revelado 49 % dos israelenses favoráveis à divisão da cidade em duas partes, seguindo as linhas dos bairros judeus ou árabes.

Questão adicional vantajosa para o reconhecimento deste princípio seria a separação Estado-religião, tanto em Israel como na Palestina, na medida em que reduzia o poder de blocagem dos fundamentalistas que consideram pecado mortal qualquer concessão sobre direitos que se atribuem na cidade santa.

Ainda assim, grandes obstáculos, riscos de conflito ou de longo impasse, decorrem dos planos de urbanização e do muro de segurança. Planos urbanísticos que em quase todo o mundo seriam debatidos em função da qualidade de vida e dos investimentos, assumem aqui conotações políticas importantes e, se forem aplicados de forma a fragmentar a zona de habitação árabe, incidirão severamente nos calendários negociais.

As cidades-mosaico, objeto de estudos multiculturais nos Estados Unidos, apresentam em vários países desta área maiores índices de agressividade ou de virtual segregação. Assim ocorre em cidades do Líbano, do Sudão, da Somália e até do Kuwait, onde as vizinhanças habitacionais revelam elevado hermetismo comunitário, qualquer que seja a definição para esta palavra.

É através desta floresta densa de estratégias e táticas influentes, que os Estados Unidos formularam e gerenciam o seu “road map”, cujo desenrolar vai depender estreitamente da correlação de forças em cada um dos lados. A interrupção pela direita israelense do processo iniciado em Oslo já revelou até que ponto se trata de uma negociação à beira do abismo. Para as diplomacias que definem esta área do globo como centro de irradiação do terrorismo, é decisivo esvaziar o potencial mobilizador das frustrações decorrentes do problema palestino não resolvido.

Para os países situados nesta área de estudo, esse esvaziamento permitiria acabar com um fator de conflito onde o peso do emocional impede soluções

racionadas, submetendo alguns desses países a virtuais chantagens para obtenção de apoios ou cumplicidades.

7. SOBRE CAPIM E ELEFANTES

Uma observação panorâmica de toda a área revela desde logo que Israel tem problemas militares ou podendo dar lugar a tal, com todos os seus vizinhos; a Etiópia e a Eritreia com todos menos um (Djibuti). Ambos têm inimigos até com países não fronteiriços mas situados nas proximidades.

A exclusão de Djibuti da lista de conflitos inter-Estados decorre em larga medida de seu papel de guardião de Bab-el-Mandeb com bases americana e francesa, o que, em termos de conflito inter-Estados também protege o Yemen. Em contrapartida, porém, torna ambos os alvos potenciais de ataques terroristas ou de contestações armadas internas que, ocorrem no Yemen por reivindicações sobretudo comunitárias e ocorreram no Djibuti, também de base comunitária, mas acusando o governo de ditadura.

Apenas um desses conflitos decorre com elevada aprovação popular entre os beligerantes: o confronto israelo-palestino, um exemplo vivo de guerra de povo contra povo, onde os dois lados têm fortes motivos para declararem que estão fazendo guerras necessárias.

Dentro das suas lógicas, os Estados Unidos no Iraque, a Eritreia e a Etiópia, podem apresentar argumentos idênticos. Para todos os envolvidos, dos resultados dessas guerras dependem aspectos vitais de sua segurança e/ou afirmação de níveis de prestígio essenciais para serem mundialmente respeitados.

Estes níveis de prestígio e o respectivo respeito, variam de acordo com a posição hierárquica no sistema.

Mas o que nenhum deles pode dizer, no momento, é que faz guerra justa porque todos atacam alvos civis, lembrando que “quando os elefantes lutam na savana quem sofre é o capim”, outro provérbio ilustrativo.

No caso dos norte-americanos e eritreus acresce que o momento de desencadear as operações militares não é visto de forma consensual – nem entre sua própria população – como correspondendo ao esgotamento dos meios não violentos para pôr termo às ameaças. Daí a oposição da maior parte da opinião mundial e parte da opinião pública norte-americana contra a intervenção no

Iraque e daí também a condenação do Tribunal de Arbitragem contra o começo da guerra de 1998-2000 pela Eritreia.

Os dois fatos colocam duas importantes interrogações teóricas. A própria definição de guerra necessária perde rigor, porque depende do ponto de vista e porque vale para dois beligerantes opostos no mesmo confronto. A definição de qual é o momento em que se esgotaram os meios não militares – ponto essencial para avaliar o bem fundado de uma guerra desde Santo Agostinho – depende ainda de mais fatores.

Grande parte dos centros de decisão temem que, ao postergar demais a declaração de guerra, percam o efeito de surpresa que pode ser decisivo ou dar tempo ao inimigo para equilibrar mais a balança de forças, tornando depois o conflito ainda mais sangrento e de resultado mais incerto.

A Etiópia tem feito operações na Somália com base nesses raciocínios, contestados pelos senhores da guerra somalis para quem o agressor é etíope. No que se refere às relações com a Somália não há grandes diferenças na Etiópia entre o governo e a oposição, ao contrário do que ocorre em política interna, onde a principal força opositora, a Coligação pela Unidade e Democracia (CUD), tem no começo de 2006 sua liderança e muitos militantes sob forte repressão, incluindo dezenas de presos aguardando julgamento por “traição”, que pode de novo criar clima insurrecional nas ruas das cidades.

A guerra dentro da Somália é uma guerra suja por natureza e, a única possibilidade de guerra necessária ou justa, seria uma guerra contra eles, desde que movida por forças internas. A intervenção estrangeira é sempre sentida como agressão, a não ser que decorra muito rapidamente e com muito apoio interno. Algo como os aliados na Europa de final da segunda guerra mundial.

As insurreições do Darfur e do leste do Sudão visam pressionar Kartum para mais autonomias locais, estimulados pelas conquistas da rebelião de base sulista, e aparecem como gestos de auto-defesa num contexto de agressão por milícias apoiadas por círculos governamentais condenados até na ONU. O problema que começa a manifestar-se é que a liderança dessas insurreições não possui as características necessárias à constituição de alianças (mesmo dentro do campo revoltoso), aproveitamento das aberturas suscitadas pelo acordo do governo com os sulistas e capacidade de apresentar uma agenda negocial eficaz.

A evolução interna da Arábia Saudita é de molde a influir seriamente em toda a área. Quer nada mude ou que mude um pouco ou mude muito, o impacto deste país decorre da sua produção petrolífera com o conseqüente poder financeiro e de suas numerosas fronteiras, incluindo a fachada marítima. Na própria classe dirigente existe uma corrente modernizadora islâmica com vontade de promover algumas aberturas, com mais direitos da mulher e liberdade de expressão, sem modificar as alianças internacionais existentes. Já setores nacionalistas que se acreditam existem até nas forças armadas, poderiam mexer nesse aspecto se tivessem mais influência. Al Qaeda possui aqui adeptos – é mesmo provável que a sua pré-história tenha decorrido neste país natal de Bin Laden – e já realizou algumas operações, mas as forças de segurança revelaram grande capacidade de resposta, o que sempre tem peso em novas decisões operativas que podem redundar em mais perdas de militantes colocados a descoberto, enquanto que o número de suicidas acabará mais tarde ou mais cedo por revelar limites.

Os anúncios de evolução interna do regime são de significado muito estreito, já que eleições locais sem garantias democráticas prévias não permitirá a participação de nenhuma alternativa credível. Da mesma forma, a simples indicação de uma mulher para uma pequena entidade patronal é muito pouco para o que ativistas locais dos direitos da mulher reivindicam.

A lentidão nas reformas além de ineficaz é perigosa para quem faz tais promessas, tornando-se fator suplementar de frustrações e a Arábia Saudita pode conhecer protestos como os ocorridos no Sudoeste asiático, em países com grande crescimento econômico sob ditadura e que democratizaram a Coreia do Sul e Taiwan, por exemplo. O problema na Arábia Saudita é que não está patente qual a força ou bloco portadores desse projeto.

Assim, esta panorâmica revela uma combinação de forças históricas, de autoritarismos internos ou externos, de traumas de insegurança, de efeitos de localizações estratégicas ou de recursos que movem o mundo, quer seja petróleo ou água. Combinações propícias a confrontos, que podem ser militares longos ou curtos, vagas de terrorismo ou protestos populares persistentes. Nenhum país entre o Nilo e o Tigre parece imune a uma dessas situações.

Do ponto de vista econômico, existem aqui economias de tipos e dimensões muito distintas, mas todas negativamente atingidas pelo financiamento dos conflitos: mesmo os benefícios das despesas militares em alguns dos países

focados, são inferiores aos impactos que teriam transferências desses montantes para setores civis. Dentro da racionalidade de interesses apontada desde Adam Smith, estas considerações deviam atuar como estímulo à resolução dos mesmos.

Não é o que tem acontecido, porque quando há crises de segurança as contas e as racionalidades são diferentes. Em países entre o Nilo e o Tigre, grande parte do raciocínio econômico está voltado para o financiamento do esforço de guerra, em andamento ou eventual. E os gestores ou formuladores das políticas econômicas, em áreas como esta, têm sempre um argumento para não adotarem racionalidade mais fomentadora de progresso, na medida em que as próprias regras internacionais não favorecem subidas no IDH, substanciais e em horizonte visível.

Falta-lhes, porém, qualquer argumento para as violações dos direitos humanos, que cometem porque está na natureza dos regimes opressivos exibir poder, aterrorizando. É a luta contra essas violações que dá alicerce comum a uma larga faixa das sociedades civis, com vontade de alargamento dos direitos das pessoas, começando pelo direito à vida.

Iniciativas para articular várias dessas lutas têm sido lançadas em Israel e na Etiópia. No primeiro, seja pelo Shalom Achav (“Paz, Já”) ou por setores da esquerda que apóiam camponeses palestinos contra agressões da extrema-direita. No segundo, organizações cívicas etíopes pressionam por negociações sobre a fronteira com a Eritreia, eleições livres e não discriminação comunitária ou de gênero.

No Líbano, organizações desse tipo exerceram uma função decisiva para abrir novas perspectivas políticas no país e no Egito existe uma camada intelectual e técnica que navega entre as reivindicações sociais e a modernização que, em algum ponto, podem confluir e alargar a base social de envolvidos.

Mesmo a Somália apresenta interessantes embriões de sociedade civil, empenhados na luta pela sobrevivência e inspirados em princípios islâmicos de caridade pública ou núcleos de influência intelectual preocupados com os direitos e a segurança humana. Como já se verificou em outros países africanos, os mais informais espaços públicos servem de eixo à troca de frustrações, medos, anseios, sonhos e idéias. Como em vários pontos de África, os altos níveis de arbitrário deixam-nos em posição vulnerável, embora seja esse mesmo arbitrário que lhes dá potencial mobilizador.

A sociedade civil, qualquer que seja o conceito adotado, só se realiza num quadro democrático ou em fase avançada de luta por ele. Por isso sua existência é mais patente em Israel, Líbano e Egito, com sinais importantes na Etiópia, Yemen ou Sudão. Em todos os casos (e não só nesta área) ela não existe em compartimento estanque, pelo contrário, são evidentes seus laços com forças políticas e até com interesses econômicos, acontecendo passagens recíprocas de pessoal e estabelecimento de metas comuns de forma mais ou menos discreta. Esses laços são uma demonstração de como a vida decorre na realidade e como é essencial somar forças.

Na mesma ordem de idéias, as sociedades civis também são atravessadas por correntes comunitárias fechadas, nacionalistas exacerbadas ou autoritárias (até nos países mais desenvolvidos), na contra-mão das euforias globalizantes e demonstrando que elas não são blocos homogêneos, todos direcionados para os mesmos objetivos.

Assim a remoção dos grandes predadores vai decorrer em acordo com os ritmos das sociedades em causa e encontrará resistências conservadoras à escala local, regional ou planetária.

Nas duas primeiras escalas, ferozes vontades de poder esmagam direitos humanos básicos, quer a partir de aparelhos estatais quer de ações causadoras de inúmeras vítimas civis, em contextos de políticas econômicas nacionais e internacionais inadequadas à melhoria dos IDH. Nestes termos, é previsível muita lentidão para resolver velhos conflitos. Talvez mais rápido seja o aparecimento de novos focos de confronto que podem caminhar para insurreições violentas, armadas ou não-armadas, mas sempre contra regimes e centros de agressão à segurança humana.

À escala internacional, são outros os problemas e outro terá de ser o artigo sobre eles.

Abstract: This article focuses the territorial proximity between the two rivers referred in the title, as creator of strong reciprocal influences since the biblical times to our days. The approach of the present time is made following the geography of the conflicts and according to the socioeconomic actions of the countries that compose the area, detaching strategic areas as frontiers, narrow and channels of passage, great resources.

BIBLIOGRAFIA

ABUKHALIL, As'ad. *The battle for Saudi Arabia*. New York: Seven Stories Press, 2004.

AMNESTY International, relatórios de 2000 e 2004, e grande número de comunicados avulsos, consultados em inglês e português. <www.amnesty.org>

BANCO Mundial. *World Development Indicators*. Database agosto de 2005.

BLACK, Jeremy. *War and the new disorder in the 21st century*. New York & London: Continuum, 2004.

BENJAMIN, Daniel e STEVEN Simon. *The next attack – the globalization of Jihad*. London: Hodder & Stoughton, 2005.

ESPRIT. *De l'Irak au Liban, printemps fragile*. Paris, mai. 2005.

ETHIOPIA Government. *Foreign affairs and national security and strategy – bilateral relations-multilateral relations*. Addis Abeba, 2005.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Almedina, 2004.

GONÇALVES, José. *Socioéconomie des grands fleuves d'Afrique*. Dakar: Codesria, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia política internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

HASSAN, Abdirizak Adam (Durqum). The nature of Warlordism: insights and analysis. In: *Somalia Watch*, site consultado em janeiro de 2006. <www.somaliawatch.org/archivemar03/030319201.htm>

HUMAN Security Centre. *The human security report*. Ottawa, 2005.

JAFFEE Center for Strategic Studies – University of Tel-Aviv – site internet consultado em janeiro de 2006. <www.tau.ac.il/jcss>

PNUD, Relatório sobre Desenvolvimento Humano – 2005. <www.pnud.org.br/rdh>

PNUD, Country profiles, site internet consultado em janeiro de 2006. <www.undp.org>

SIPRI, *SIPRI Yearbook 2005*, Stockholm. <www.sipri.org>